



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de outubro de 2022, pelas 09:11 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata n.º 43;**
- 2. Discussão e votação do parecer da audição do Dr. Rui Miguel Correia Pinto, no âmbito da indigitação para o cargo de Administrador do Conselho de Administração do Banco de Portugal;
Relator: Deputado Hugo Costa (PS)**
- 3. Discussão e votação do parecer da audição da Profª. Dra. Francisca Guedes de Oliveira, no âmbito da indigitação para o cargo de Administradora do Conselho de Administração do Banco de Portugal;
Relator: Deputado Miguel Cabrita (PS)**
- 4. Discussão e votação do parecer da audição do Dr. Luís Máximo dos Santos, no âmbito da indigitação para o cargo de Vice-Governador do Conselho de Administração do Banco de Portugal;
Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)**
- 5. Discussão e votação do parecer da audição da Profª. Doutora Clara Patrícia Costa Raposo, no âmbito da indigitação para o cargo de Vice-Governadora do Conselho de Administração do Banco de Portugal;
Relatora: Deputada Carlos Pereira (PS)**
- 6. Discussão e votação do parecer da audição da Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas, no âmbito da indigitação para o cargo de Administradora do Conselho de Administração do Banco de Portugal;
Relator: Deputado João Barbosa de Melo (PSD)**
- 7. Discussão e votação do parecer da audição da Dra. Adelaide Marques Cavaleiro, no âmbito da indigitação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
Relator: Deputado Ivan Gonçalves (PS)**
- 8. Discussão e votação do parecer da audição do Dr. José Diogo Duarte Santos de Alarcão e Silva, no âmbito da indigitação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

9. Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 21/XV/1.ª \(GOV\)](#)— Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento;
10. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 344/XV/1.ª \(IL\)](#) – Alarga a isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) a todas as aquisições de habitação própria e permanente (Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro);
Relator: Deputado Carlos Pereira (PS)
11. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 343/XV/1.ª \(CH\)](#) – Possibilita a tributação autónoma à taxa reduzida de 10% aplicável aos rendimentos relativos a contratos de alojamento celebrados com estudantes do ensino superior;
Relator: Deputado Pedro Anastácio (PS)
12. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 338/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Reduz para 6% o IVA das prestações de serviços que visem assegurar a eficiência hídrica das habitações, procedendo à alteração do Código do IVA;
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
13. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 244/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que “assegure o direito ao esquecimento”, dando início à negociação do acordo nacional relativo ao acesso ao crédito e a contratos de seguros por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, de forma a operacionalizar o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro; (1.ª CACDLG e 9.ª CS em conexão)
14. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 327/XV/1.ª \(BE\)](#) – Limita a variação da taxa de esforço no crédito à habitação;
15. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 334/XV/1.ª \(L\)](#) – Determina que os mutuantes disponibilizem, aos interessados em contratar um crédito à habitação própria ou que sejam partes num, o regime de prestações constantes e mistas. Permite a renegociação dos créditos quando a taxa de esforço supere a recomendada pelo Banco de Portugal;
16. Calendário OE 2023;



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

17. Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 36/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a transferir para os municípios uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal no ano de 2022;
18. Designação de relator de parecer sobre a personalidade indigitada, Dr. Luís Laginha de Sousa, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Cabe ao GP PS
19. Designação de relator de parecer sobre a personalidade indigitada, Prof.ª Dr.ª Inês Drumond, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Cabe ao GP PSD
20. Designação de relator de parecer sobre a personalidade indigitada, Mestre Juliano Ferreira, para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Cabe ao GP PS
21. Designação de relator de parecer sobre a personalidade indigitada, Dr.ª Teresa Gil, para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Cabe ao GP PSD
22. Votação de requerimentos apresentados e tramitação no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 31/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Procede à alteração do Código dos Impostos Especiais de Consumo, transpondo as Diretivas (UE) 2019/2235, 2020/262 e 2020/1151, e introduz diversas alterações destinadas a reforçar os mecanismos de controlo aplicáveis no âmbito destes tributos;
23. Outros assuntos.

1. Aprovação da ata n.º 43;

Não se verificando qualquer pedido de palavra, o Senhor Presidente colocou a ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, na ausência do GP IL, GP PCP, DURP PAN e DURP L.

2. Discussão e votação do parecer da audição do Dr. Rui Miguel Correia Pinto, no âmbito da indigitação para o cargo de Administrador do Conselho de Administração do Banco de Portugal; Relator: Deputado Hugo Costa (PS)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) apresentou o seu parecer. Colocado o parecer à discussão, não se verificou qualquer pedido de palavra, pelo que foi imediatamente votado, tendo sido aprovado com a abstenção do GP BE e o voto favorável dos demais, na ausência do GP IL, GP PCP, DURP PAN e DURP L.

3. Discussão e votação do parecer da audição da Profª. Dra. Francisca Guedes de Oliveira, no âmbito da indigitação para o cargo de Administradora do Conselho de Administração do Banco de Portugal; Relator: Deputado Miguel Cabrita (PS)

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) apresentou o parecer de que foi autor. Não se verificando qualquer pedido de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado com a abstenção do GP BE e o voto favorável dos restantes, na ausência do GP PCP, DURP PAN e DURP L.

4. Discussão e votação do parecer da audição do Dr. Luís Máximo dos Santos, no âmbito da indigitação para o cargo de Vice-Governador do Conselho de Administração do Banco de Portugal; Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) apresentou o parecer da sua autoria. Não havendo pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado com a abstenção do GP BE e o voto favorável dos demais, na ausência do GP PCP, DURP PAN e DURP L.

5. Discussão e votação do parecer da audição da Profª. Doutora Clara Patrícia Costa Raposo, no âmbito da indigitação para o cargo de Vice-Governadora do Conselho de Administração do Banco de Portugal; Relator: Deputado Carlos Pereira (PS)

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) apresentou o parecer de que foi autor. Não se verificando qualquer pedido de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado com a abstenção do GP BE e o voto favorável dos demais, na ausência do GP IL, GP PCP, DURP PAN e DURP L.

6. Discussão e votação do parecer da audição da Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas, no âmbito da indigitação para o cargo de Administradora do Conselho de Administração do Banco de Portugal; Relator: Deputado João Barbosa de Melo (PSD)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado João Barbosa de Melo (PSD) apresentou o seu parecer. Não se verificando pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado com a abstenção do GP BE e o voto favorável dos demais, na ausência do GP PCP, DURP PAN e DURP L.

7. Discussão e votação do parecer da audição da Dra. Adelaide Marques Cavaleiro, no âmbito da indigitação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

Relator: Deputado Ivan Gonçalves (PS)

Encontrando-se o Senhor Deputado autor do parecer ausente, por se encontrar em trabalho parlamentar, o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) apresentou o parecer em seu nome. Não se verificando qualquer pedido de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado com a abstenção do GP BE e o voto favorável dos demais, na ausência do GP PCP, DURP PAN e DURP L.

8. Discussão e votação do parecer da audição do Dr. José Diogo Duarte Santos de Alarcão e Silva, no âmbito da indigitação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) apresentou o seu parecer. Não se verificando qualquer pedido de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado com a abstenção do GP BE e o voto favorável dos demais, na ausência do GP PCP, DURP PAN e DURP L.

Finda a fase de aprovação dos pareceres de indigitação, o Senhor Presidente sugeriu que pudesse ser adotada uma formulação mais uniforme para a conclusão dos pareceres, atendendo a que os autores estavam a adotar formulações bastante diferentes, havendo interesse em poder adotar uma formulação mais uniforme que inclusive pudesse servir de precedente para o futuro.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) disse discordar do proposto por se tratar de pareceres feitos por pessoas diferentes com formas de redigir diferentes.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente sugeriu então que, pelo menos o Parecer relativo à indigitação do Senhor Dr. Máximo dos Santos, preparado pelo Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD), pudesse passar a incluir um parágrafo conclusivo, no que o Senhor Deputado autor do parecer anuiu.

9. Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 21/XV/1.ª \(GOV\)](#)— Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento;

O Senhor Presidente deu por iniciado o debate, concedendo a palavra ao Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD).

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) disse pretender fazer um apelo para que fosse adotada uma solução cautelosa que protegesse os investidores não qualificados quanto a determinados investimentos que lhes estarão acessíveis na sequência da transposição das presentes diretivas. Disse entender que a proposta apresentada conjuntamente pelo PSD e IL é sólida e que a proposta alternativa a esta, apresentada pelo PS, não protege convenientemente estes investidores. Disse, contudo, que estaria disponível para que fosse consensualizada uma solução única que salvaguardasse estes investidores, que são os clientes de retalho dos bancos. Referiu que a experiência de soluções mais permissivas não tem sido boa, como se verificou pelo caso do Banco Espírito Santo. Referindo-se depois a outra proposta de alteração do PSD, salientou a importância de ser aprovada a proposta de aditamento do artigo 12.º-A “Medidas de defesa da transparência e dos contribuintes” à proposta de lei, a qual visa criar normas que solucionem algumas das questões identificados, por exemplo, na recente Comissão de inquérito ao Novo Banco, como é o caso de o Estado dever participar na gestão dos bancos objeto de resolução, os contratos serem redigidos em português, entre outras. Também relativamente a esta proposta, disse estar disponível para consensualizar uma proposta única, ou votá-la por pontos, caso alguma das soluções propostas fosse considerada mais sensível. Terminou dizendo entender ser importante que o Parlamento passe a mensagem de que está interessado em antecipar os problemas e de que os cidadãos podem confiar nas instituições. Referiu, por fim, que na anterior legislatura o PSD apresentou um diploma que não chegou a ser concluído, que previa



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

medidas de transparência que iam muito além das atuais medidas, apelando a que estas pudessem obter acolhimento.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) tomou a palavra para dizer que entende que as questões levantadas pelo Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) já são resolvidas pelas normas previstas quer na proposta de lei do Governo, quer nas propostas de alteração do PS. Relativamente ao processo, sua transparência e a sua eventual melhoria, disse entender não estarem reunidas em condições para ir ao encontro destas propostas, pois será necessário, noutra sede, um debate mais alargado. Relativamente à proteção dos pequenos investidores, disse tratar-se de uma matéria de especial delicadeza, atendendo às experiências do passado. Explicou que a diretiva aponta duas metodologias para a proteção destes investidores, um primeiro, que estabelece um limite máximo absoluto para o investimento que estava previsto na versão da Proposta de lei submetida ao Parlamento, e, um segundo, que cruza o critério do montante absoluto do investimento, com o critério da composição da carteira de investimento, que é aquela que o PS agora propõe. Assim, disse entender que as preocupações manifestadas pelo PSD, e que o PS acompanha, têm a devida cobertura na proposta que o PS apresentou e que reitera.

A Senhora Deputada Carla Castro (IL), tomou a palavra para dizer que se revê e que reforça a posição do PSD sobre a proteção dos pequenos investidores. Mais disse que, não pretendendo nomear todas as propostas apresentadas pela IL, que todos tiveram de ler e analisar para poderem votar, gostaria de salientar que há alguns temas que são particularmente caros à IL. Salientou, nomeadamente, o tema da cooperação com entidades reguladoras, adequação de poderes, clareza operacional e disse pretender focar ainda três propostas apresentadas pela IL: a 7, a 12 e a 15, que dizem respeito à aplicação da lei da concorrência e reciprocidade e cooperação com a ASF que, na perspetiva da IL são pequenos grandes detalhes que não ficam acautelados na transposição da Diretiva, tal como está atualmente a proposta de lei.

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) disse que o PSD procurou atingir consensos com os outros partidos, nomeadamente em matéria de proteção de pequenos investidores, o que foi conseguido na proposta apresentada conjuntamente com a IL. Disse que esta proposta é a que melhor acautela os direitos dos pequenos investidores. Exemplificou dizendo que um pequeno investidor com poupanças de uma vida de 100



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

mil euros, na proposta alternativa do PS, poderá perder 10 mil euros sem saber verdadeiramente que tipo de produtos está a adquirir. Disse ter experiência na banca comercial, conhecendo o *mindset* dos bancos e a forma como os produtos são muitas vezes vendidos às pessoas, sem que os seus direitos fiquem totalmente acautelados. Reiterou que, embora a diretiva preveja os dois caminhos, a decisão final é do legislador português. Disse que a preocupação com esta matéria é de tal ordem que foi o próprio BCE que alertou as instituições europeias, nomeadamente a Comissão, para a necessidade de proteger estes investidores. O próprio Banco de Portugal, no seu parecer, deixou claro que o limite deveria ser de 100 mil euros ou superior, sendo-o em muitos países, de onde se depreende que, o caminho seguido na proposta do PS, não foi genericamente seguida noutros países, devendo haver reflexão de todos os partidos. Disse entender que a proposta do PS não salvaguarda inequivocamente estes investidores. A terminar, quanto ao artigo 12.º - A proposto o PSD, disse que, na sua experiência, quanto mais se adia a resolução dos problemas, menos estes são resolvidos e que, achar que vai ser aberto um processo legislativo só para este tema, é idílico e não vai acontecer, sendo esta uma oportunidade perdida para resolver este problema.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) tomou a palavra para dizer que subscreve todas as preocupações manifestadas e clarificar que, relativamente à proposta de aditamento do artigo 12.º-A, embora o PS entenda que há melhorias a fazer nesta matéria, a proposta do PSD levantou questões, nomeadamente de legalidade e de viabilidade. Assim, quanto a este ponto, referiu que, não desvalorizando as preocupações manifestadas, as questões levantadas não foram resolvidas em tempo útil e que não há condições de maturação nesta matéria. Relativamente às propostas visando a proteção dos pequenos investidores, defendeu que a proposta do PS vai mais além do que a proposta conjunta do PSD e IL, não conseguindo entender o motivo por que o Senhor Deputado do PSD defende que esta é menos protetora. Assim, reiterou que a Proposta do PS fixa por um lado, um limite, e por outro, determina que só uma pequena parte desse montante possa ser aplicada em produtos de risco, apelando à convergência com a proposta do PS, que segundo defendeu é mais protetora do investidor.

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

Finda a discussão, passou-se imediatamente à votação dos artigos da proposta de lei, bem como das respetivas propostas de alteração. O sentido de voto em cada artigo e proposta de alteração, consta do [Guião de Votação preenchido](#), disponível na página eletrónica da iniciativa.

- 10. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 344/XV/1.ª \(IL\)](#) – Alarga a isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) a todas as aquisições de habitação própria e permanente (Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro);
Relator: Deputado Carlos Pereira (PS)**

Encontrando-se o Senhor Deputado autor do parecer ausente, por se encontrar a participar na reunião da Comissão de Economia, o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) apresentou o parecer em seu nome. Não se verificando pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP PCP, DURP PAN e DURP L.

- 11. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 343/XV/1.ª \(CH\)](#) – Possibilita a tributação autónoma à taxa reduzida de 10% aplicável aos rendimentos relativos a contratos de alojamento celebrados com estudantes do ensino superior;
Relator: Deputado Pedro Anastácio (PS)**

O Senhor Deputado Pedro Anastácio (PS) apresentou o parecer de que foi autor. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou a palavra para cumprimentar o Relator deste parecer e também o Relator do parecer anterior. Não se verificando mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado com a abstenção do GP BE e o voto favorável dos demais, na ausência do GP PCP, DURP PAN e DURP L.

- 12. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 338/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Reduz para 6% o IVA das prestações de serviços que visem assegurar a eficiência hídrica das habitações, procedendo à alteração do Código do IVA;
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) apresentou o parecer de que foi autora. Não se verificando qualquer pedido de palavra, o Senhor Presidente colocou o

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP PCP, DURP PAN e DURP L.

- 13. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 244/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que “assegure o direito ao esquecimento”, dando início à negociação do acordo nacional relativo ao acesso ao crédito e a contratos de seguros por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, de forma a operacionalizar o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro; (1.ª CACDLG e 9.ª CS em conexão)**

Atendendo à ausência da proponente, este ponto foi adiado para momento posterior ao término do processo orçamental.

- 14. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 327/XV/1.ª \(BE\)](#) – Limita a variação da taxa de esforço no crédito à habitação;**

Atendendo à ausência do proponente, este ponto foi adiado para momento posterior ao término do processo orçamental.

- 15. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 334/XV/1.ª \(L\)](#) – Determina que os mutuantes disponibilizem, aos interessados em contratar um crédito à habitação própria ou que sejam partes num, o regime de prestações constantes e mistas. Permite a renegociação dos créditos quando a taxa de esforço supere a recomendada pelo Banco de Portugal;**

Atendendo à ausência do proponente, este ponto foi adiado para momento posterior ao término do processo orçamental.

16. Calendário OE 2023;

O Senhor Presidente referiu pretender neste ponto formalizar o conhecimento do calendário por parte dos Senhores Deputados da Comissão, cujo primeiro momento teria lugar já nesta sexta-feira, com a audição na generalidade do Senhor Ministro das Finanças. Mais referiu que seria agendada uma reunião de mesa e coordenadores, para definição de alguns procedimentos, na semana seguinte. Mais sinalizou que os Grupos Parlamentares deverão indicar os assessores com permissões para introduzir propostas de alteração ao Orçamento do Estado.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou a palavra para solicitar se poderia existir uma troca de Ministros em determinados dias, para evitar de alguns dias ficassem demasiado sobrecarregados.

O Senhor Presidente disse já ter verificado essa situação, tendo já sido efetuados alguns contactos, contudo, disse entender que, aparentemente, não haverá grande possibilidade de alterações.

17. Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 36/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a transferir para os municípios uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal no ano de 2022;

O Senhor Presidente colocou a iniciativa à discussão. Não se verificando qualquer pedido de palavra, o Senhor Presidente questionou se os artigos da iniciativa poderiam ser conjuntamente votados, no que todos anuíram. Todos os artigos da iniciativa foram aprovados por unanimidade, na ausência do GP IL, GP PCP, GP BE, DURP PAN e DURP L.

18. Designação de relator de parecer sobre a personalidade indigitada, Dr. Luís Laginha de Sousa, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) indicou como autor do parecer o Senhor Deputado Carlos Brás (PS).

Disse aproveitar ainda a presente sede para apresentar os cumprimentos do PS aos relatores dos pareceres apresentados, o que, por lapso, não havia feito anteriormente.

19. Designação de relator de parecer sobre a personalidade indigitada, Prof.ª Dr.ª Inês Drumond, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) indicou o Senhor Deputado Barbosa de Melo (PSD).

20. Designação de relator de parecer sobre a personalidade indigitada, Mestre Juliano Ferreira, para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Cabe ao GP PS



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) indicou como autor do parecer o Senhor Deputado Sérgio Ávila (PS).

21. Designação de relator de parecer sobre a personalidade indigitada, Dr.ª Teresa Gil, para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) indicou a Senhora Deputada Patricia Dantas (PSD).

22. Votação de requerimentos apresentados e tramitação no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 31/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Proceda à alteração do Código dos Impostos Especiais de Consumo, transpondo as Diretivas (UE) 2019/2235, 2020/262 e 2020/1151, e introduz diversas alterações destinadas a reforçar os mecanismos de controlo aplicáveis no âmbito destes tributos;

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) apresentou o requerimento, referindo ser solicitado o parecer da APETRO, ACIBEV, ANEBE e DECO.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) disse que o PS iria votar favoravelmente o requerimento.

Colocado à votação o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do GP PCP, GP BE, DURP PAN e DURP L.

23. Outros assuntos.

O Senhor Presidente referiu que teria lugar uma reunião de Mesa e Coordenadores na próxima terça-feira.

Mais referiu que a audição da DECO e APB no âmbito do requerimento apresentado na 6.ª Comissão e que se pretendia conjunta, terá lugar, naquela Comissão, no mesmo horário que uma reunião da COF, pela que fica inviabilizada a audição conjunta inicialmente prevista.

A reunião foi gravada em [suporte áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 11:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 outubro 2022.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 45/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Carlos Pereira (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hugo Costa (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Rui Afonso (CH)
Carla Castro (IL)
Mariana Mortágua (BE)
Rui Tavares (L)
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)
Patrícia Dantas (PSD)
Bruno Dias (PCP)
Inês De Sousa Real (PAN)
Joana Lima (PS)
Marcos Perestrello (PS)